

## *INTRODUÇÃO*

Os documentos de prestação de contas são elementos legais e obrigatórios de qualquer entidade pública e, portanto, também para as autarquias locais, que devem traduzir com rigor as execuções orçamental, patrimonial e económica da respectiva entidade, aferida a um determinado período de tempo.

É da competência do Órgão Executivo a elaboração e a aprovação dos documentos que consubstanciam a prestação de contas, bem como submete-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal na sessão ordinária do mês de abril do ano seguinte àquele a que tais documentos dizem respeito, conforme o referido no nº 2 do artigo 49 e na alínea c), do nº 2 do artigo 53º, todos da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro e ainda no n.º 1 do artigo 76º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro.

O Órgão Executivo deve remeter os documentos de prestação de contas ao Tribunal de Contas até ao dia 30 do mês de abril, conforme preconiza o nº 4 do artigo 52º da Lei nº 98/97, de 26 de agosto, alterada e republicada pela Lei nº 48/06, de 29 de agosto.

Os documentos agora apresentados foram elaborados de acordo com as normas estabelecidas no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e as Demonstrações Financeiras foram elaboradas atendendo, para além das normas referidas no Plano Oficial de Contas, às Instruções nº 1/2001, aprovadas pela Resolução nº 4/2001 da 2ª Secção do Tribunal de Contas, publicadas na IIª Série do Diário da República de 18 de Agosto de 2001.

O Regime de Contabilidade Autárquica legalmente estabelecido (POCAL) determina a elaboração do Relatório de Gestão como elemento a integrar nos documentos de prestação de contas.

A análise constante deste relatório emerge da leitura dos elementos quantitativos que integram os diversos documentos que compõem a inerente prestação de contas, sendo evidenciados os vectores mais significativos e enquadradas as condicionantes estruturais ou conjunturais que os enfermam.

Da prestação de contas que ora se apresenta faz parte o parecer e a certificação legal exigida, elaborada por auditor externo, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 76º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

# 1 - ENQUADRAMENTO DO MUNICÍPIO DE ALCÁCER DO SAL

O Município de Alcácer do Sal pode ser caracterizado numa forma simples pela sua grande extensão territorial e por uma escassa dimensão populacional. Resulta da conjugação destes dois elementos uma muito baixa densidade populacional que, a 31 de Dezembro de 2012, apenas atingia os 8,5 indivíduos por Km<sup>2</sup>. Para melhor compreensão deste indicador, comparem-se os valores do quadro infra:

	Densidade Populacional
Alcácer do Sal	8,5
Alentejo Litoral	18,3
Alentejo	23,7
Portugal	113,7

Fonte: Anuário estatístico da Região Alentejo – 2012

A fraca densificação humana constitui assim um obstáculo importante ao desenvolvimento deste Município, circunstância que, não sendo nova, abre igualmente um desafio e uma oportunidade. No entanto responder adequadamente a uma oportunidade exige dispor de um conjunto de condições, designadamente de ordem económica e financeira, que não se compadecem com a atual situação nacional, senão mesmo europeia e mundial, mas sobretudo com as respostas que os diversos poderes tem vindo a implementar. E a durabilidade das políticas restritivas com que os cidadãos têm sido confrontados, mina a confiança, destrói o ânimo, quebra a motivação.

Pela primeira vez desde o início da presente crise, começa a ser consensual que 2014 possa constituir o primeiro ano a chegar ao seu termo numa situação, que não sendo boa, poderá ser menos deprimente que a do seu início: por todos, veja-se o quadro seguinte, onde se transcrevem parcialmente alguns dados inseridos no último Boletim de Inverno do Banco de Portugal:

## Projeções do Banco de Portugal 2013 - 2015 // taxa de variação anual, em percentagem

	2013	2014	2015
Produto Interno Bruto	-1,5	0,8	0,3
Consumo Privado	-2,0	0,3	0,7
Consumo Público	-1,5	-2,3	-0,5
Formação Bruta de Capital Fixo	-8,4	1,0	3,7
Procura Interna	-2,7	0,1	0,9
Exportações	5,9	5,5	5,4
Importações	2,7	3,9	4,5
Índice harmonizado de preços no consumidor	0,5	0,8	1,2

Do quadro supra, um elemento destaca-se de imediato: as previsões a três anos para o Consumo Público, fruto das opções políticas nacionais e europeias, a verificarem-se as projeções referidas, não descola duma preocupante regressão, só atenuada no final do período considerado. Ora este é um indicador onde o peso das ações dos serviços públicos se irá fazer sentir de forma determinante. No caso do Município de Alcácer do Sal, como no de muitos outros Municípios, será expectável que aquela tendência negativa seja contrariada de forma determinada e duradoura. Mas dificilmente será atingido um resultado equivalente ao desejo dos seus autarcas porque, apesar da legítima e constitucional autonomia do poder local, a verdade é que por força da aprovação e implementação de sucessivas leis da República, a maioria que conjuntamente nos governa, tem cerceado até limites impensáveis aquela norma constitucional, pondo cada vez mais em causa a adopção de medidas de carácter local que respondam cabalmente aos seus munícipes.

A este quadro geral gerador duma situação difícil, na situação particular de Alcácer do Sal dois factores adicionais enegreceram a vida recente do Município e marcam as perspectivas imediatas: por um lado, a obrigatoriedade de resolver a situação insustentável em que se encontra a EMSUAS, sendo que nenhuma das opções legalmente admissíveis será uma boa opção; por outro, a necessidade de fechar a empreitada do programa Ruas que deveria ter terminado no primeiro trimestre de 2013 e que se vai arrastar para 2014, com todos os inconvenientes que tal situação acarreta e acarretou ao longo do ano que findou.

Finalmente uma breve nota para evidenciar que, decorrentes das eleições autárquicas de Setembro de 2013, os munícipes de Alcácer do Sal determinaram de forma clara uma alteração da maioria política. Esta alteração contudo não se consubstanciou na completa alteração dos eleitos para o órgão executivo, mantendo-se em funções três dos sete membros daquele órgão.

Daqui resulta não se verificar a necessidade de apresentar, relativamente à prestação de contas de 2013, contas separadas por cada uma das gerências ocorridas naquele período, sendo que a gerência que iniciou o período é a responsável por cerca de 80% da execução ocorrida e apenas perto de 20% são da responsabilidade da atual gerência (percentagens em função do tempo decorrido).

## 2 - ANÁLISE NA ÓPTICA ORÇAMENTAL

O orçamento inicial para 2013 previa que o Município iria arrecadar Receitas no valor de 21.381.846,00€ . Durante o exercício de 2013 a previsão da Receita passou, por força duma revisão orçamental que incorporou o saldo orçamental do ano anterior, para os 22.240.057,24€ , mas o que foi efetivamente recebido ficou-se pelos 18.474.316,59€ (83,07%).

A circunstância de quem tem por obrigação legal apresentar as contas do exercício de 2013, ser um executivo substancialmente diferente daquele que, na sua grande parte, o executou, limita fortemente a análise que se procura fazer a seguir dos valores obtidos ao longo do exercício, designadamente quanto às explicações de circunstância que poderão enfermar um ou outro caso. Assim, a análise que se efetua ir-se-á cingir essencialmente a uma das leituras possíveis que os comportamentos quantitativos que forem sendo apreciados sugerirem.

Do lado das Receitas, veja-se o quando seguinte:

QUADRO I					
EVOLUÇÃO DAS RECEITAS					
					(em euros)
Rubricas/Anos	2009	2010	2011	2012	2013
Impostos Directos	2.085.507,79	2.029.553,26	2.548.888,60	1.921.384,50	3.808.451,07
Impostos Indirectos	113.695,76	2.633.910,92	91.677,39	1.373.293,59	1.537.346,38
Taxas, Multas e Outras	294.774,73	289.074,48	458.195,98	276.256,93	275.152,03
Rendimentos Propriedade	763.640,17	532.096,87	905.876,07	766.697,56	822.179,44
Transferências Correntes	7.191.192,96	6.821.726,42	6.770.595,12	6.462.442,97	7.777.045,06
* Fundo Eq. Fin. Corrente	6.213.134,00	5.807.989,00	5.983.507,00	5.663.843,00	6.970.883,00
* Estado - Proj. Co-financiados	3.600,57	43.472,89	33.856,46	20.098,70	0,00
* Outras	974.458,39	970.264,53	753.231,66	778.501,27	806.162,06
Venda Bens	661.472,41	671.279,12	665.327,95	617.701,97	567.707,81
Venda de Serviços	291.237,93	277.527,33	298.849,36	269.614,40	272.491,13
Rendas	26.792,27	30.803,67	27.798,06	45.676,99	47.639,51
Outras Receitas Correntes	11.109,21	7.785,97	21.894,98	137.846,45	70.823,14
<b>T. RECEITAS CORRENTES</b>	<b>11.439.423,23</b>	<b>13.293.758,04</b>	<b>11.789.103,51</b>	<b>11.870.915,36</b>	<b>15.178.835,57</b>
Venda Bens Investimento	170.335,36	124.890,41	122.075,17	263.713,06	60.675,61
Transferências de Capital	4.386.136,05	4.760.616,36	4.978.755,60	4.283.948,71	2.375.762,86
* Fundo Eq. Fin. Capital	3.345.533,00	3.871.179,00	3.221.889,00	3.049.762,00	1.742.721,00
* Estado - Proj. Co-financiados	1.040.603,05	889.437,36	1.593.169,02	1.234.186,71	633.041,86
* Outras	0,00	0,00	163.697,58	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	13.601,94	287,48
<b>T. RECEITAS CAPITAL</b>	<b>4.556.471,41</b>	<b>4.885.506,77</b>	<b>5.100.830,77</b>	<b>4.561.263,71</b>	<b>2.436.725,95</b>
Rep. não abat. nos pagam.	444,87	697,77	556,00	91,02	21.056,92
Saldo orçamental	1.034.500,26	674.876,11	1.343.420,74	729.144,46	837.698,15
<b>T. OUTRAS RECEITAS</b>	<b>1.034.945,13</b>	<b>675.573,88</b>	<b>1.343.976,74</b>	<b>729.235,48</b>	<b>858.755,07</b>
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>17.030.839,77</b>	<b>18.854.838,69</b>	<b>18.233.911,02</b>	<b>17.161.414,55</b>	<b>18.474.316,59</b>

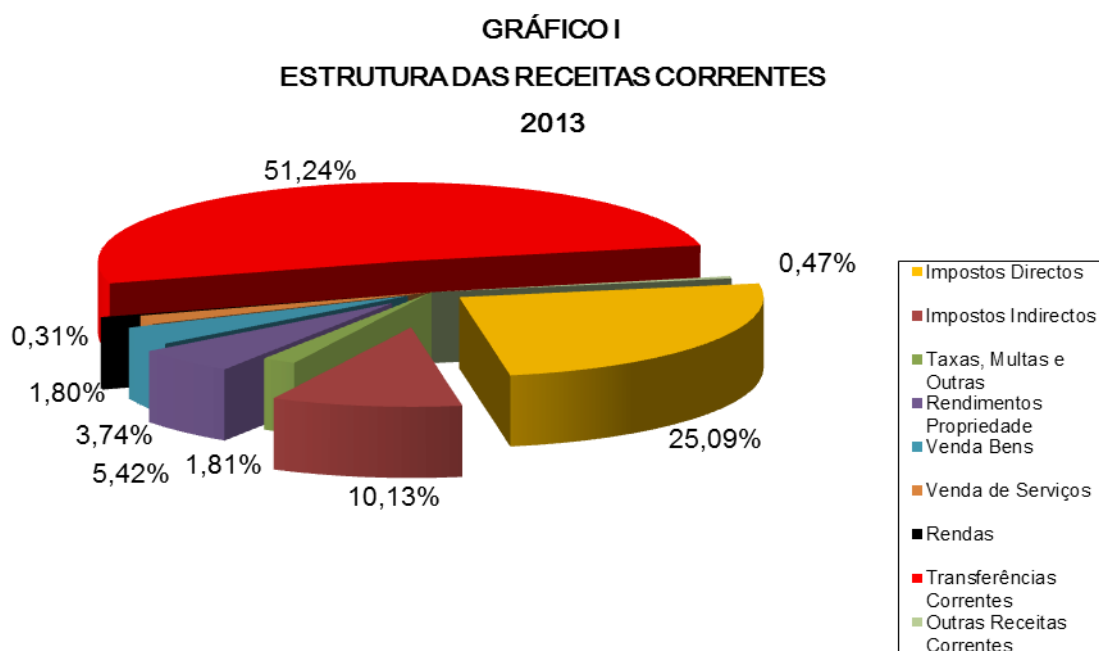
Como se verifica, o conjunto das Receitas sofreu um crescimento de 7,65%, relativamente a 2012. Tal crescimento adveio dum forte incremento das Receitas Correntes (+ 27,87%), dum menor acréscimo das Outras Receitas (17,76%) e duma fortíssima queda das receitas de Capital. (-46,58%).

Desprezando as Outras Receitas, cujo peso neste universo é inferior a 5%, importa compreender os fundamentos para as variações verificadas.

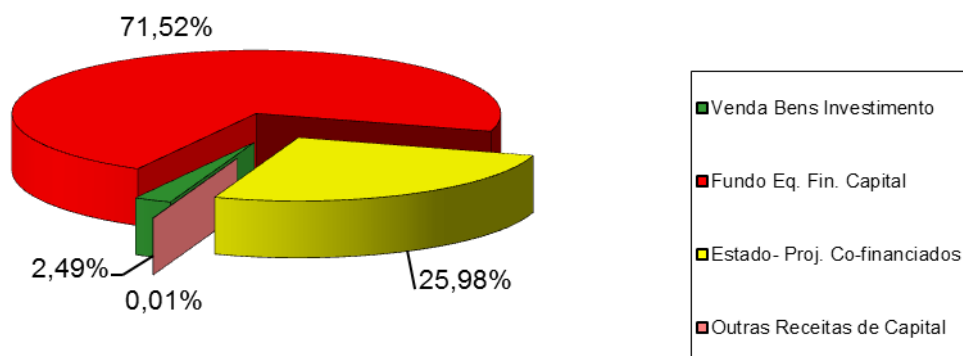
Do lado das Receitas Correntes, essencialmente dois factores explicam o acréscimo verificado: por um lado a forte subida dos Impostos Directos que quase duplicaram de valor (+98,2%) em termos que adiante se aprofundam; por outro lado a circunstância do Município, em face da abertura legal entretanto criada, ter alterado de 60% em 2012 para 80% em 2013, o peso das Receitas Correntes oriundas nas transferências do Orçamento do Estado. Esta decisão, cumulativamente explicará em boa parte a queda das Receitas de Capital, que do mesmo passo e com a mesma origem, passaram de 40% em 2012 para 20% em 2013, o que corresponde a uma diminuição percentual neste conjunto (Receitas de Capital) de 42,8%.

No caso das Receitas de Capital e para além do referido, avulta ainda a quebra das comparticipações obtidas relativas a projetos co-financiados, que registou um recuo de 48,7%.

Antes de se detalhar a rubrica relativa aos Impostos Directos, vejam-se os gráficos seguintes que explicitam o peso estrutural das Receitas Correntes e das Receitas de Capital:



**GRÁFICO II**  
**ESTRUTURA DAS RECEITAS CAPITAL**  
**2013**



Detalhando o comportamento dos impostos recebidos durante 2013, atente-se nos dados constantes do quadro seguinte:

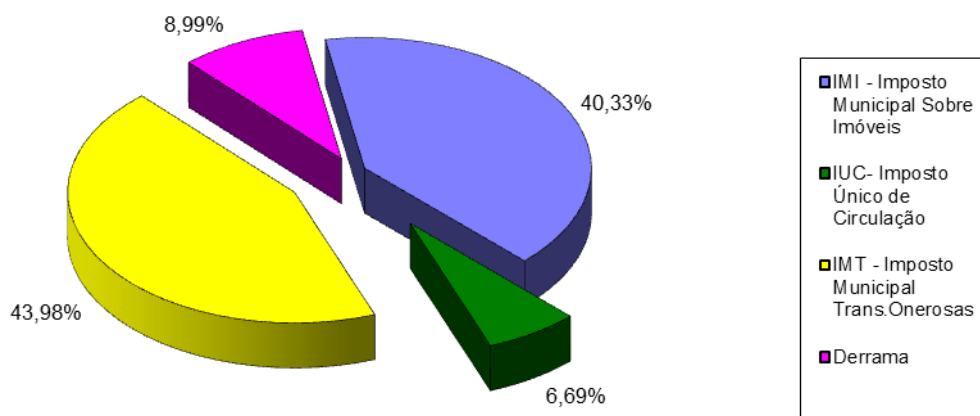
<b>QUADRO II</b>					
<b>EVOLUÇÃO DOS IMPOSTOS DIRECTOS</b>					
					(em euros)
Rubricas/Anos	2009	2010	2011	2012	2013
<b>IMI - Imposto Municipal Sobre Imóveis</b>	929.129,74	995.655,78	1.151.792,91	1.094.027,51	1.536.085,69
<b>IUC - Imposto Único de Circulação</b>	160.670,63	172.652,33	182.008,75	205.363,23	254.892,51
<b>IMT - Imposto Municipal Trans. Onerosas</b>	954.704,90	534.253,57	701.320,30	434.760,80	1.674.911,16
<b>Derrama</b>	22.193,43	168.724,65	148.806,71	187.232,96	342.561,71
<b>Impostos Abolidos</b>	18.809,09	158.266,93	364.959,93	0,00	0,00
<b>TOT. IMPOSTOS DIRECTOS</b>	<b>2.085.507,79</b>	<b>2.029.553,26</b>	<b>2.548.888,60</b>	<b>1.921.384,50</b>	<b>3.808.451,07</b>

Já se disse que os Impostos Directos cresceram 98,2. Infelizmente o grande responsável por este incremento foi o IMT (+285,25%). Infelizmente porque a fiabilidade de manutenção da grandeza manifestada poderá não ser sustentável no tempo, sendo que as políticas locais dificilmente se repercutem nesta rubrica, estando a mesma muito mais relacionada com o clima económico nacional e internacional e, no caso específico deste Conselho, dada a fraqueza do seu tecido económico, uma ou duas operações de vulto, poderão repercutir-se de forma decisiva nos resultados deste imposto.

Regista-se entretanto uma subida de 82,9% no valor recebido de Derrama e uma também subida de 40,4% no caso do IMI, sendo que, sobretudo este último, se insere num quadro de elevada sustentabilidade. Este incremento resultou em boa parte da avaliação geral ocorrida durante o ano de 2013, pese embora ainda não ter abarcado a totalidade do universo em causa e a existência duma cláusula de salvaguarda limitadora dos acréscimos deste imposto.

Graficamente, atente-se no peso estrutural de cada um dos impostos considerados:

**GRÁFICO III**  
**ESTRUTURADOS IMPOSTOS**  
**2013**



Apresentada a situação relativa à Receita, passemos agora a analisar a componente da Despesa, começando por obter uma visão global com os dados inseridos na página seguinte:

<b>QUADRO III</b>					
<b>EVOLUÇÃO DAS DESPESAS</b>					
	(em euros)				
Rubricas/Anos	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Despesas com Pessoal</b>	6.505.125,63	6.733.512,64	6.287.339,85	5.632.067,89	6.072.906,68
<b>Aquisição de Bens</b>	914.789,32	929.570,65	997.356,76	1.452.527,62	1.559.331,12
<b>Aquisição de Serviços</b>	3.046.775,29	3.160.361,05	3.197.137,54	3.221.406,08	3.145.316,95
<b>Juros e outros encargos</b>	46.615,99	16.904,80	103.428,64	47.887,93	19.770,56
<b>Transferências Correntes</b>	931.003,91	929.718,12	806.240,59	1.246.629,09	1.487.193,38
* Administração Local	254.266,55	270.874,19	227.292,38	248.843,43	277.333,21
* Inst. Sem fins lucrat.	546.054,98	522.019,69	443.660,05	435.935,98	445.717,74
* Outras transferências	130.682,38	136.824,24	135.288,16	561.849,68	764.142,43
<b>Subsídios</b>	1.331.371,69	1.331.274,96	1.367.810,81	1.391.792,65	1.294.380,00
<b>Outras Despesas Correntes</b>	67.676,08	71.651,80	138.897,42	182.643,40	148.009,90
<b>T. DESPESAS CORRENTES</b>	<b>12.843.357,91</b>	<b>13.172.994,02</b>	<b>12.898.211,61</b>	<b>13.174.954,66</b>	<b>13.726.908,59</b>
<b>Investimento</b>	826.568,38	2.299.427,87	3.112.378,20	733.179,01	828.567,03
* Terrenos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
* Habitações	4.406,99	3.328,02	5.072,67	110,69	1.624,65
* Edifícios	338.641,19	1.455.374,64	2.436.615,25	518.085,87	633.504,05
* Construções Diversas	171.215,23	469.641,60	208.351,62	36.562,59	49.588,44
* Outros investimentos	312.304,97	371.083,61	462.338,66	178.419,86	143.849,89
<b>Bens do domínio público</b>	2.029.938,66	1.411.388,84	1.049.530,87	2.097.709,91	1.902.043,67
<b>Transferências de Capital</b>	474.251,08	487.344,80	326.865,97	247.264,68	424.661,60
<b>Passivos Financeiros</b>	220.935,75	191.197,16	190.568,75	190.815,43	145.501,06
<b>Outras Despesas de Capital</b>	0,00	0,00	0,00	47.948,00	0,00
<b>T. DESPESAS CAPITAL</b>	<b>3.551.693,87</b>	<b>4.389.358,67</b>	<b>4.679.343,79</b>	<b>3.316.917,03</b>	<b>3.300.773,36</b>
<b>TOTAL das DESPESAS</b>	<b>13.626.971,54</b>	<b>17.562.352,69</b>	<b>17.577.555,40</b>	<b>16.491.871,69</b>	<b>17.027.681,95</b>

Desde logo notar que a Despesa, globalmente, sofreu um pequeno acréscimo de 3,25% que compara bem com os 7,65% de acréscimo das Receitas.

A variação nas Despesas Correntes traduziu-se num acréscimo de 4,19%, enquanto do lado das Despesas de Capital se registou uma diminuição insignificante de - 0,49%.

Aproveita-se a oportunidade para referir que o Município cumpriu a regra do equilíbrio orçamental, já que as despesas correntes ficaram aquém das receitas correntes.

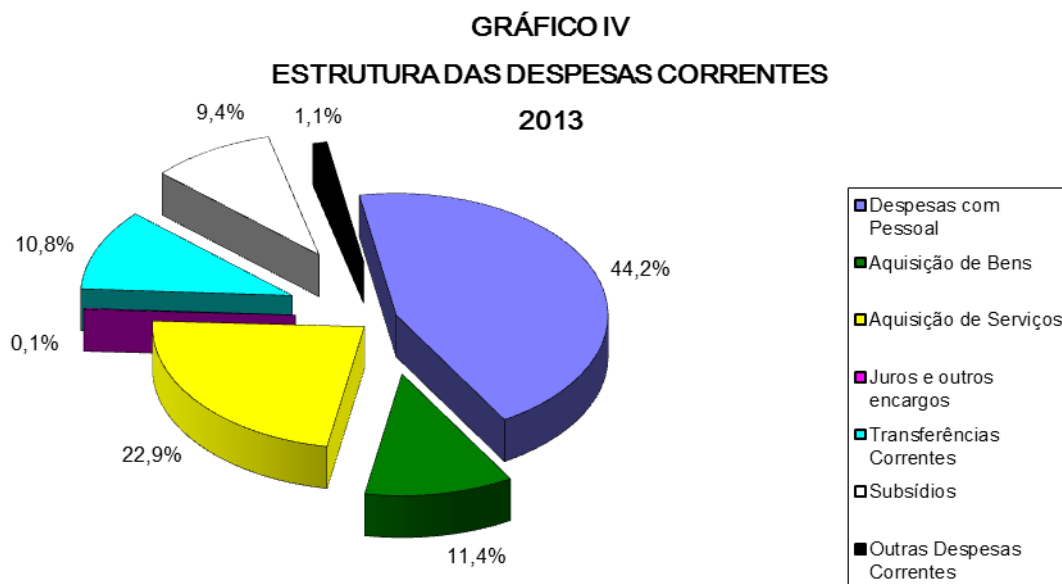
Mais detalhadamente, considerem-se as notas seguintes a três rubricas da Despesa Corrente:

- As *Despesas com pessoal* – pormenorizadas a seguir – registaram um incremento de 7,83%, essencialmente em resultado da reposição dos Subsídios de Férias e de Natal aos funcionários públicos;

- Os *Juros e outros encargos* registaram um expressivo decréscimo de 58,71% em resultado da boa situação do Município em sede de empréstimos bancários e da redução verificada nos encargos com atrasos em pagamentos a terceiros;

- Nas *Transferências Correntes*, a maior responsabilidade no aumento que a rubrica registou (+19,30%) vai para a componente fixa dos pagamentos efectuados à empresa pública Águas de Portugal, pese embora a dívida que, infelizmente, transitou para 2014, superior a 400 mil euros;

O peso relativo de cada uma das componentes seleccionadas apresenta-se de forma clara no gráfico seguinte:



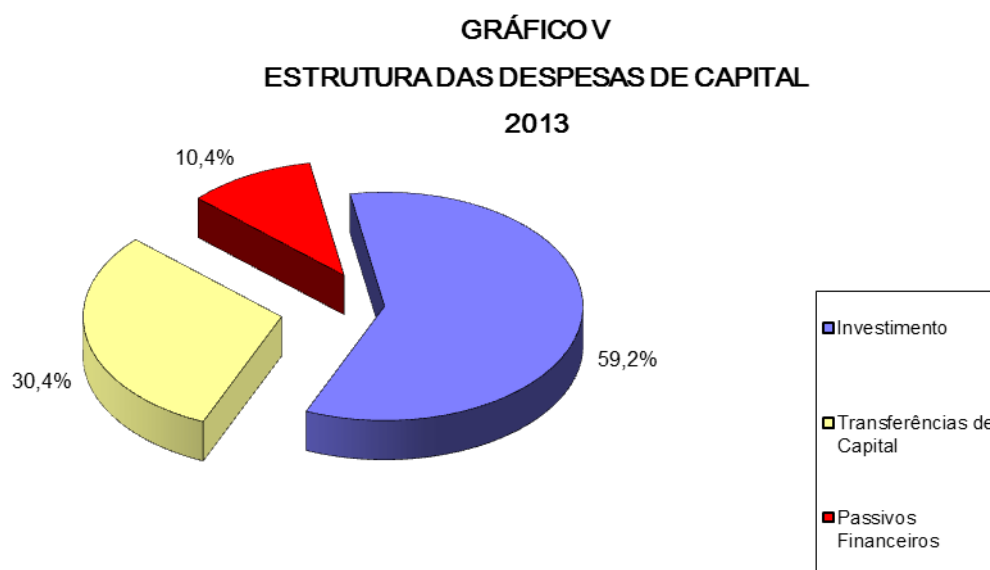


Centrando agora a atenção nas *Despesas de Capital* realce-se desde logo que se está a falar de menos de 20% das Despesas Municipais. Efetivamente esta grande área das despesas tem perdido muito do seu peso relativo ao longo dos últimos anos, muito por força das restrições de índole financeira nacionais, mas igualmente pela necessidade dos poderes locais se verem compelidos a minorar situações de carência sentidas pelos seus munícipes, o que seguramente implica uma maior pressão do lado das Despesas Correntes.

Ainda duas breves notas quanto a duas rubricas das Despesas de Capital:

- Relativamente ao acréscimo (+71,74%) da rubrica *Transferências de Capital* importa dizer que 45% daquele acréscimo resulta das responsabilidades que advêm do passivo “ herdado” da extinta Regi;
- Por outro lado, o indicador relativo aos *Passivos Financeiros* que regista uma quebra de 23,75%, confirma a boa posição do Município no âmbito do endividamento bancário.

O peso relativo das diversas áreas das Despesas de Capital, podem ser apreciadas no Gráfico seguinte:



O ano de 2013 foi o segundo ano consecutivo com quebras no *Investimento* municipal, embora se registre uma diminuição menos acentuada que em 2012. Esclareça-se desde já que nos estamos a referir à rubrica *Investimento* em sentido mais lato do que o que é indiciado pela classificação oficial e em vigor das despesas de capital (classe económica 07.01), agregando aos acréscimos de valorizações em bens do domínio privado do Município, os acréscimos de valorizações em bens do seu domínio público (classe económica 07.03).

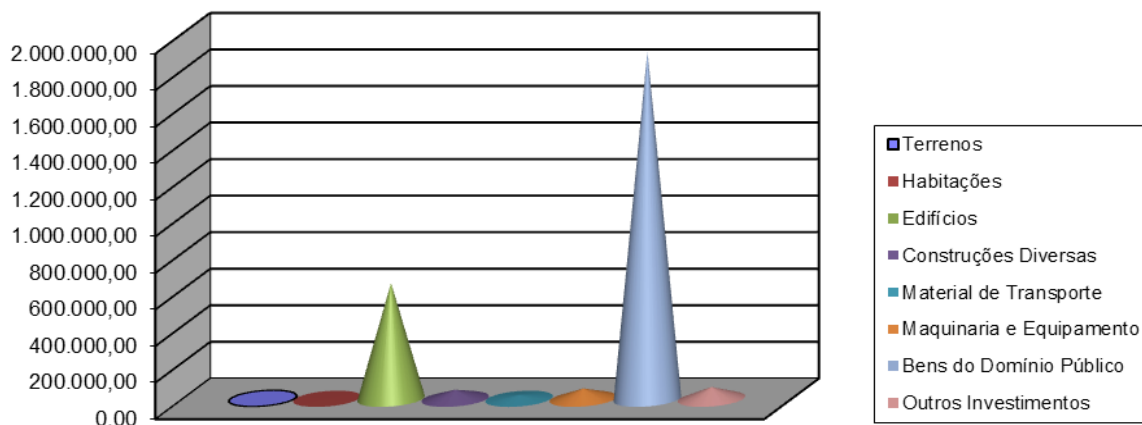
Assim considerado, este indicador, em 2013, apresenta o pior desempenho desde 2009. Não fossem os custos associados ao programa Ruas e o mesmo indicador teria apresentado um resultado residual, situação triplamente preocupante: por um lado porque não é concebível desenvolvimento sem Investimento; por outro, porque o esforço financeiro que exige aquele programa porventura “secará” outras opções mais diversificadas nas várias parcelas do todo municipal; finalmente porque ao arrastar-se dramaticamente a conclusão da obra, arrastam-se no tempo as componentes negativas deste processo, adia-se a percepção das componentes positivas, limitam-se as opções de decisão. E o atraso na conclusão desta obra irá seguramente bem além de um ano.

O quadro seguinte evidência a evolução do *Investimento* ao longo do último quinquénio:

QUADRO IV					
EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO					
	(em euros)				
Rubricas/Anos	2009	2010	2011	2012	2013
Terrenos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitacões	4.406,99	3.328,02	5.072,67	110,69	1.624,65
Edifícios	338.641,19	1.455.374,64	2.436.615,25	518.085,87	633.504,05
Construções Diversas	171.215,23	469.641,60	208.351,62	36.562,59	49.588,44
Material de Transporte	72.933,37	43.128,90	80.850,38	59.408,50	22.321,02
Maquinaria e Equipamento	187.882,15	248.776,64	305.964,43	75.241,39	56.595,01
Bens do Domínio Público	2.029.938,66	1.411.388,84	1.049.530,87	2.097.709,91	1.902.043,67
Outros Investimentos	51.489,45	79.178,07	75.523,85	43.769,97	64.933,86
<b>INVESTIMENTOS TOTAIS</b>	<b>2.856.507,04</b>	<b>3.710.816,71</b>	<b>4.161.909,07</b>	<b>2.830.888,92</b>	<b>2.730.610,70</b>

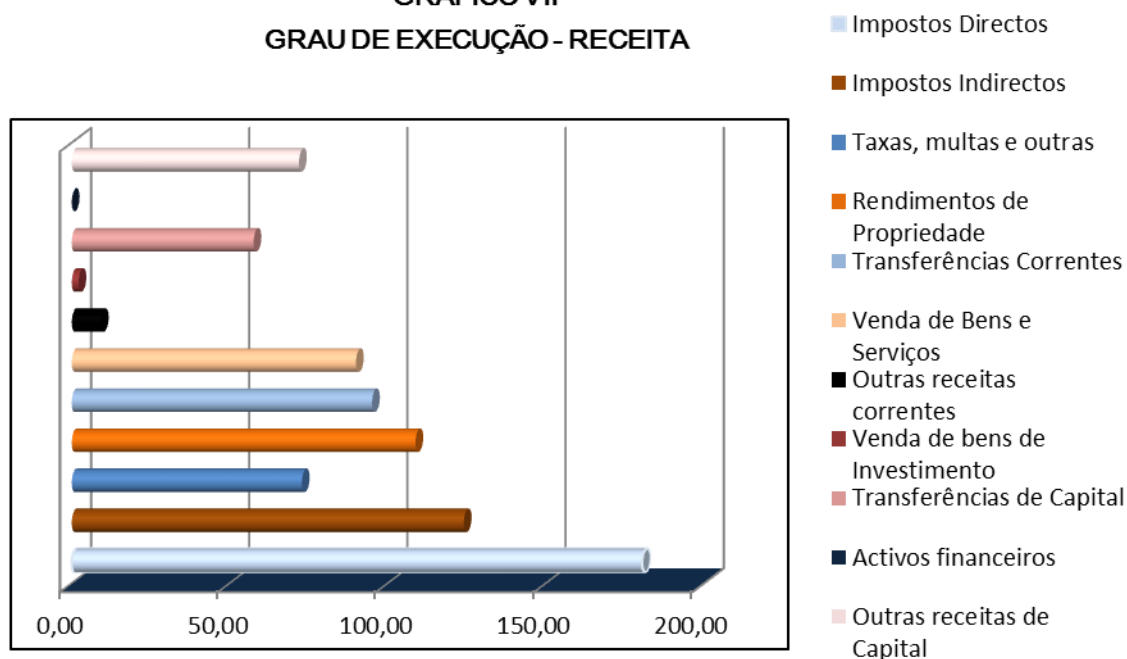
Para além das considerações já referidas, destaca-se ainda que, ao longo do período retratado, o investimento em Terrenos e em Habitação não foi, de forma muito expressiva, uma opção municipal. A posição relativa das diversas rubricas seleccionadas apresenta-se como segue:

GRÁFICO VI  
INVESTIMENTO



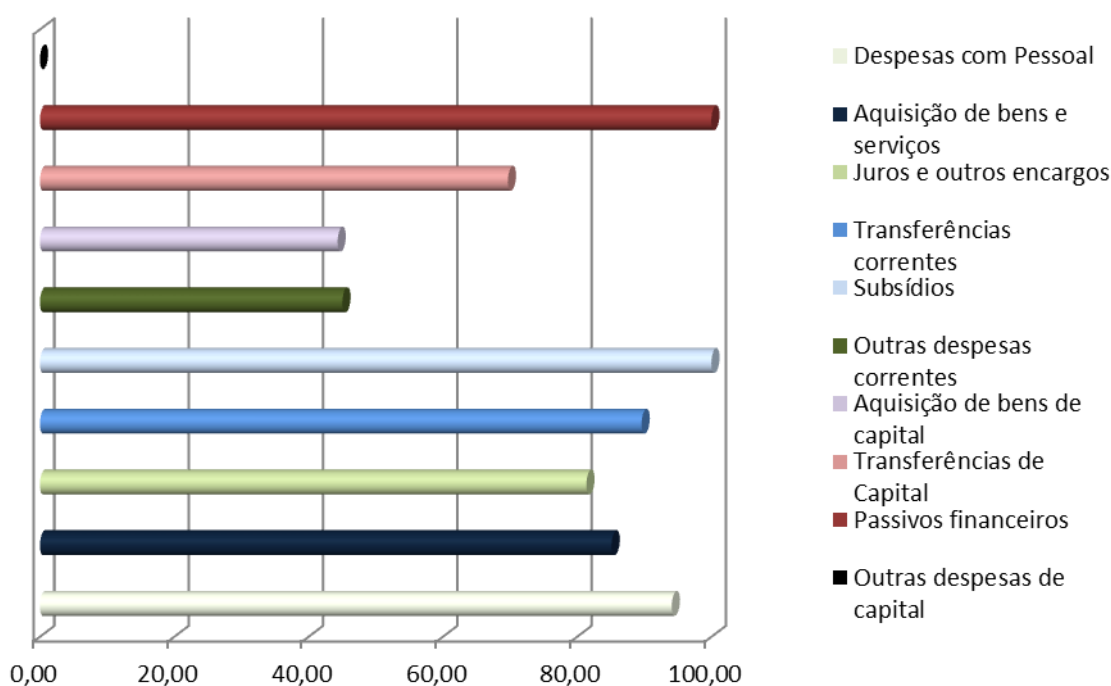
Nas páginas anteriores deu-se conta dum a leitura que os resultados financeiros obtidos pelo Município permitiram. Parece no entanto igualmente importante conferir as previsões e os respectivos resultados. Nesse sentido, considerem-se os dados referidos nos gráficos VII e VIII:

**GRÁFICO VII**  
**GRAU DE EXECUÇÃO - RECEITA**



Pese embora as Receitas não terem ido além de 83,07% dos valores previstos e corrigidos, importa realçar que em três rubricas as importâncias arrecadadas superaram as previsões efectuadas: este foi o resultado para o Município do “ enorme aumento de impostos” que autoridades que não as locais decidiram, nas costas e com prejuízos dos nossos munícipes. No gráfico supra os tons vermelhos correspondem à área de capital e os tons azuis e laranja à área corrente.

**GRÁFICO VIII**  
**GRAU DE EXECUÇÃO - DESPESA**



No caso da área das Despesas, em média, o grau de execução ficou-se por cerca de 75%, não tendo chegado sequer aos 50% no caso particular das Despesas de Capital (tons vermelhos no gráfico). Naturalmente e como é sabido, nesta área não é legalmente possível ir além do orçamentado (100% são um limite inultrapassável) e, por norma, os resultados finais obtidos essencialmente traduzem os exageros orçamentais, do lado da previsão das Receitas, a que os executivos locais não conseguiram fugir.

Finalmente lance-se um breve olhar sobre a distribuição, por funções, dos recursos financeiros da Autarquia:

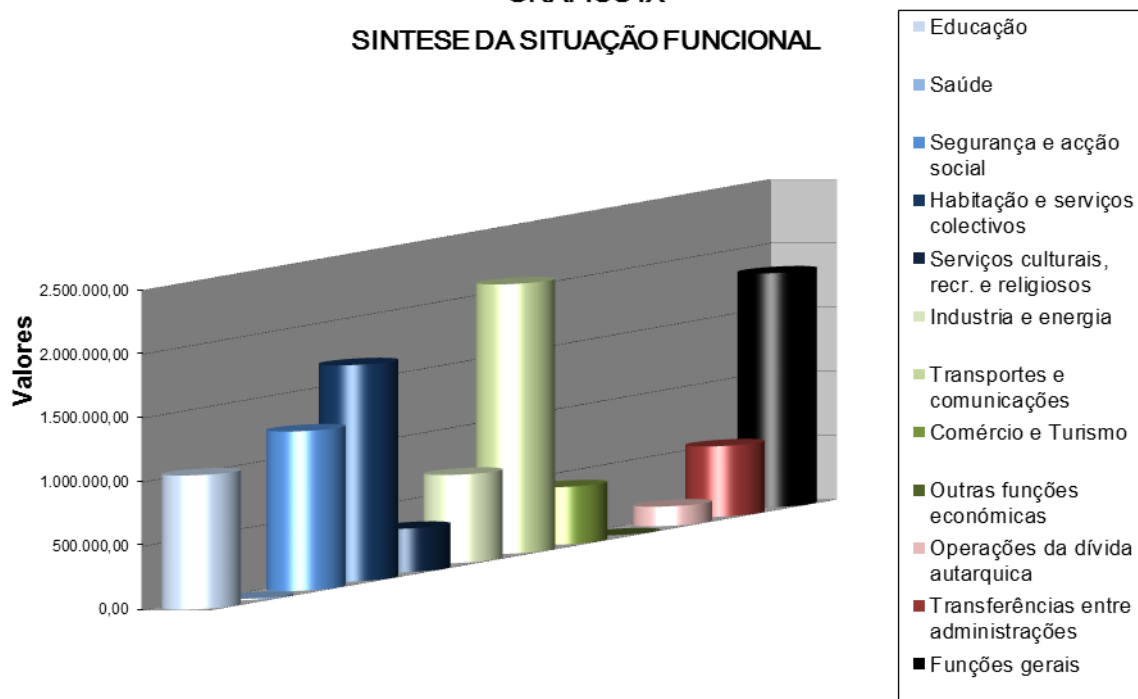
<b>QUADRO V</b>				
<b>SINTESE POR FUNÇÕES</b>				
Valores executados				
				(em euros)
<b>Rubricas/Anos</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>Variação</b>	<b>Peso relativo</b>
<b>Funções gerais</b>	1.894.521,85	1.829.139,80	-3,45	18,09
<b>Educação</b>	934.802,39	1.047.388,22	12,04	10,36
<b>Saúde</b>	21.600,00	10.800,00	-50,00	0,11
<b>Segurança e acção social</b>	959.727,08	1.246.417,14	29,87	12,32
<b>Habitação e serviços colectivos</b>	1.738.046,87	1.691.010,90	-2,71	16,72
<b>Serviços culturais, recr. e religiosos</b>	348.961,94	340.748,96	-2,35	3,37
<b>Total das Funções Sociais</b>	4.003.138,28	4.336.365,22	8,32	42,88
<b>Agricultura, pec. silv. caça e pesca</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Indústria e energia</b>	508.153,75	689.554,94	35,70	6,82
<b>Transportes e comunicações</b>	1.988.935,10	2.105.762,86	5,87	20,82
<b>Comércio e Turismo</b>	308.987,21	448.394,71	45,12	4,43
<b>Outras funções económicas</b>	10.320,00	43,71	-99,58	0,00
<b>Total das Funções Económicas</b>	2.816.396,06	3.243.756,22	15,17	32,07
<b>Operações da dívida autárquica</b>	202.920,01	152.796,17	-24,70	1,51
<b>Transferências entre administrações</b>	482.174,69	551.051,14	14,28	5,45
<b>Total de Outras Funções</b>	685.094,70	703.847,31	2,74	6,96
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>9.399.150,89</b>	<b>10.113.108,55</b>	<b>7,60</b>	<b>100,00</b>

Nos dois anos explicitados no quadro a variação pelos grandes agregados funcionais (valores sombreados) apresentam elementos de reduzido significado, atento o acréscimo global considerado (+ 7,6%).

Ainda analisando os grandes agregados, note-se que as Funções Sociais ultrapassam os 40%, seguindo-se as Funções Económicas – cujo peso tem sido crescente – com cerca de um terço dos recursos municipais e as Funções Gerais com uma evolução em queda ligeira e que já não chega a 20% dos recursos.

O gráfico seguinte, cujos elementos vão mais desagregados, evidência o peso acentuado (e crescente) da área dos Transportes e Comunicações a par da fraca relevância que, em concreto, tiveram os serviços culturais, recreativos e religiosos, bem como o Comércio e Turismo.

**GRÁFICO IX**  
**SINTESE DA SITUAÇÃO FUNCIONAL**



### 3 - ANÁLISE NA ÓPTICA PATRIMONIAL

O controlo e a transparência da atividade financeira e das relações financeiras das autarquias constituem objetivos e princípios definidos pelo POCAL, bem como pelo Tribunal de Contas que através da Resolução n.º1/2004, inclui nos documentos de prestação de contas a serem apresentados, informação financeira, patrimonial e económica.

O Balanço e a Demonstração de Resultados e respetivos anexos, constituem os principais mapas do sistema de contabilidade patrimonial, que se baseia no princípio do acréscimo ou do princípio da especialização dos exercícios.

Se por um lado, a execução orçamental reflete os comportamentos da receita e da despesa do exercício económico, por outro lado, o Balanço e a Demonstração de Resultados dão a conhecer a atividade do município a nível patrimonial, ou seja, demonstram os seus bens, direitos e obrigações.

A presente análise tem como suporte o Balanço e as Demonstrações Financeiras do Município de Alcácer do Sal, e procura refletir a situação financeira e patrimonial, comparando o ativo e o passivo para apurar o valor e natureza dos Fundos Próprios, ou seja, a situação líquida do Município.

Para uma melhor compreensão das rúbricas a analisar neste relatório, apresentamos a definição de alguns conceitos contabilísticos:

O **Balanço** é o mapa contabilístico que relata a posição financeira e patrimonial de uma entidade, no caso, reportado ao final do exercício económico, e apresenta, devidamente agrupados e classificados, os ativos, os passivos e os fundos próprios da entidade.

A comparação entre o ativo e o passivo dá-nos a conhecer o valor e a natureza da situação líquida, evidenciando a situação patrimonial da organização, ou seja, o conjunto de bens, direitos e obrigações que lhe estão afetos;

O **Ativo** corresponde à componente positiva do balanço patrimonial de uma autarquia. Conforme modelo definido pelo POCAL, do ativo obtém-se informação do valor bruto (AB), dos ajustamentos e desgastes acumulados (AP) e do valor líquido (AL), referentes ao ano em análise, como também do valor líquido do ano anterior.

O ativo, é o conjunto dos bens e direitos da entidade, sendo esta massa patrimonial dividida em três grupos:

Ativo Circulante, que corresponde aos meios monetários (disponibilidades) e outros elementos do ativo que se preveem ser transformados em meios monetários no prazo de um ano, (existências e dívidas a receber);

Ativo Fixo, que corresponde aos elementos do ativo que permanecem na entidade por períodos superiores a um ano, sendo constituído pelo Imobilizado (bens do domínio público, corpóreo, incorpóreo e financeiro) e eventualmente dívidas a receber de médio e longo prazo;

Acréscimos e Diferimentos, que correspondem a custos diferidos e a acréscimo de proveitos, por obediência ao princípio contabilístico da especialização do exercício.

O **Passivo** representa as obrigações do Município provenientes da sua atividade, correspondem à componente negativa do balanço da autarquia, sendo constituído por três grandes componentes:

Passivo circulante, são obrigações que se vencem no prazo de um ano, (dívidas a fornecedores, Estado, etc.);

Passivo de médio e longo prazo, corresponde às obrigações que se vencem num prazo superior a um ano, (normalmente dívidas a instituições de crédito);

Acréscimos e Diferimentos, correspondem a proveitos diferidos e a acréscimos de custos, também em obediência ao princípio contabilístico da especialização do exercício;

**Os Fundos Próprios** representam a diferença entre o Ativo e o Passivo de uma entidade numa determinada data, neste caso no fim do exercício de 2013, pelo que também se podem designar por “ Património Líquido” .

São portanto, todos os bens e direitos deduzidos das obrigações da entidade, englobando o património da autarquia, bem como as reservas e os resultados transitados.

Assim, o **Balanço** reportado ao encerramento do exercício económico de 2013, é o mapa contabilístico que reflete a posição financeira e patrimonial do município.

## **Análise da Estrutura do Balanço**

Como já foi referido, do ativo fazem parte todos os bens e direitos ao dispor do Município, que são apresentados segundo a sua natureza e por ordem crescente de liquidez, com referência ao imobilizado, às existências, às dívidas de terceiros, às disponibilidades e acréscimos de proveitos.

São ainda componentes do balanço, os fundos próprios e o passivo, sendo que, os fundos próprios, representam o património da autarquia, constituído por todo o património inicial apurado à data da entrada em vigor do POCAL, mais o património registados nos exercícios económicos seguintes, não constantes do inicial, bem como do património criado em função do nível de atividade económica da

autarquia e apurado através do resultado líquido do exercício; relativamente ao passivo, este representa o conjunto de todas as obrigações do Município para com terceiros e está organizado de acordo com os prazos de exigibilidade da dívida, a começar pela de médio e longo prazo, seguida da de curto prazo.

<b>Balanço em 31 de dezembro de 2013</b>				
<b>Designação</b>	<b>2013</b>	<b>%</b>	<b>2012</b>	<b>%</b>
<b>Ativo</b>				
<b>Ativo Fixo</b>	<b>53.817.855,34 €</b>	<b>93,06%</b>	<b>53.687.133,18 €</b>	<b>92,93%</b>
<b>Imobilizado</b>	53.817.855,34 €		53.687.133,18 €	
<b>Ativo Circulante</b>	<b>2.813.828,75 €</b>	<b>4,87%</b>	<b>3.230.053,35 €</b>	<b>5,59%</b>
<b>Existências</b>	379.930,24 €		468.226,48 €	
<b>Dívidas de Terceiros</b>	461.902,34 €		1.532.099,39 €	
<b>Disponibilidades</b>	1.971.996,17 €		1.229.727,48 €	
<b>Acréscimos e diferimentos</b>	<b>1.197.585,38 €</b>	<b>2,07%</b>	<b>856.863,51 €</b>	<b>1,48%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>57.829.269,47 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>57.774.050,04 €</b>	<b>100,00%</b>
<b>Fundos Próprios</b>	<b>45.962.202,49 €</b>	<b>79,48%</b>	<b>45.190.897,37 €</b>	<b>78,22%</b>
<b>Património</b>	40.793.793,53 €		40.509.081,53 €	
<b>Reservas</b>	735.068,36 €		735.068,36 €	
<b>Subsídios</b>	397.628,02 €		397.628,02 €	
<b>Doações</b>	240,00 €		240,00 €	
<b>Resultados transitados</b>	3.212.178,37 €		5.308.327,02 €	
<b>Resultados líquidos</b>	823.294,21 €		-1.759.447,56 €	
<b>Passivo</b>	<b>1.494.178,61 €</b>	<b>2,58%</b>	<b>2.106.808,33 €</b>	<b>3,65%</b>
<b>Dívidas a terceiros - médio e longo prazo</b>	361.698,20 €		617.304,64 €	
<b>Dívidas a terceiros - curto prazo</b>	1.132.480,41 €		1.489.503,69 €	
<b>Acréscimos e diferimentos</b>	<b>10.372.888,37 €</b>	<b>17,94%</b>	<b>10.476.344,34 €</b>	<b>18,13%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>57.829.269,47 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>57.774.050,04 €</b>	<b>100,00%</b>



## **Estrutura do Ativo**

A composição do Ativo da Autarquia mostra que o Imobilizado absorve 93% do total do seu valor, característica esta inalterável ao longo dos diversos exercícios económicos, facto que demonstra o peso da respetiva rúbrica no Município de Alcácer do Sal.

A evolução do peso da rúbrica face ao período homólogo foi positivo, ainda que sem grande expressão.

Este ligeiro aumento resultou da inclusão no Ativo de bens de domínio público e privado não inventariados nem valorizados no inventário inicial nem nos anos anteriores. Esta valorização de ativos contribuiu para o reforço da autonomia patrimonial do Município.

O ativo circulante representa quase 5% do ativo líquido, sendo constituído pelas existências, dívidas de terceiros e disponibilidades, peso percentual semelhante ao ano 2012. Regista contudo, um valor inferior em cerca de 416.500€ .

O saldo final de disponibilidades ascende a 1.971.996,17€ , dos quais 1.566.267,61€ se referem a operações orçamentais, e que se propõe serem incorporados nas receitas de 2014.

O Ativo Líquido do Município aumentou 55.219,43€ no ano 2013.

## **Estrutura do Passivo**

As dívidas a terceiros estão desagregadas conforme o prazo de exigibilidade.

Assistimos em 2013 à recuperação da situação financeira do município no Curto Prazo e Médio e Longo Prazos, que relativamente ao ano 2012 sofreu uma redução de 612.629,72€ .

O exercício de 2013 apresenta um resultado líquido positivo de 823.294,21€ recuperando assim de um RLE negativo de 1.759.447,56€ em 2012. Esta recuperação é possível graças ao recuo do passivo, e ao grande aumento verificado na rúbrica de impostos.

## **Apresentação de alguns rácios económico-financeiros:**

RÁCIOS ECONÓMICO-FINANCEIROS	Ano	
	2013	2012
<b>LIQUIDEZ GERAL</b>		
Ativo circulante/Passivo de curto prazo	2,48	2,17
<b>ENDIVIDAMENTO</b>		
Dívidas a terceiros/Fundos Próprios e Passivo	3,15%	4,45%
<b>AUTONOMIA FINANCEIRA</b>		
Fundos Próprios/Ativo total	79,48%	78,22%
<b>GRAU DE COBERTURA DO IMOBILIZADO</b>		
Capitais Permanentes/Ativo fixo	86,08%	85,32%

### Análise da Liquidez

Os indicadores retratam a capacidade da autarquia para solver as suas obrigações a curto prazo, (1 ano), determinando em que grau o ativo circulante nas suas vertentes e conjugações oferecem cobertura ao exigível a curto prazo.

O rácio de Liquidez Geral mede a liquidez, ou seja a capacidade que o Município possui para cumprir as suas responsabilidades de curto prazo, constituindo por isso um teste à solvabilidade de curto prazo da autarquia.

Este indicador demonstra em que medida o passivo de curto prazo está coberto pelos ativos que se esperam vir a ser convertidos em meios financeiros líquidos num período supostamente correspondente ao do vencimento das dívidas de curto prazo.

É desejável que este rácio ultrapasse pelo menos o valor (1), significando dessa forma, que a autarquia tem pelo menos ativos líquidos para fazer face às responsabilidades de curto prazo.

Pelos valores demonstrados no quadro anterior de Rácios Económicos e Financeiros, constatamos que o Município de Alcácer não demonstra quaisquer dificuldades para satisfazer os seus compromissos de curto prazo uma vez que o rácio apresenta um valor superior à unidade, cifrando-se em 2,48 melhorando inclusivamente, quando comparado com o valor registado em 2012 que era de 2,17.

O rácio do Endividamento indica qual a proporção que o Município utiliza de capital alheio no financiamento da sua atividade.

Relativamente a 2012 este rácio diminuiu, passando de 4,45% para 3,15%, melhorando assim, a situação do Município, neste indicador.

O rácio da Autonomia Financeira permite analisar em que percentagem o ativo do Município se encontra a ser financiado por capitais próprios. Pelos valores apostos no quando supra, concluímos que a autonomia financeira do Município em 2013 face a 2012 aumentou, ainda que residualmente em 1,26%.

O rácio do Grau de Cobertura do Imobilizado aumentou em 2013, e permite constatar que o ativo fixo em 2013 é financiado em 86,08% por capitais permanentes, enquanto, em 2012, o era em 85,32%.

## Ativo

Durante o exercício de 2013 ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de imobilizações:

Ativo Bruto (Imobilizado Bruto)							
Ano: 2013							
Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliações + Ajustamentos	Aumentos	Alienações	Sinistros + Abates + Transferências	Saldo Final	
451	Terrenos e Recursos Naturais	383.992,35 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	383.992,35 €
452	Edifícios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
453	Outras construções e infraestruturas	37.452.699,17 €	0,00 €	520.691,52 €	0,00 €	851.489,03 €	38.824.879,72 €
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	18.718,76 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	14.389,50 €	33.108,26 €
459	Outros bens de domínio público	182.229,48 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	182.229,48 €
445	Imobilizações em curso	2.058.027,99 €	-268.387,27 €	1.635.176,82 €	0,00 €	-894.921,85 €	2.529.895,69 €
446	Adiantamentos por conta de bens domínio público	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
		<b>40.095.667,75 €</b>	<b>-268.387,27 €</b>	<b>2.155.868,34€</b>	<b>0,00 €</b>	<b>-29.043,32 €</b>	<b>41.954.105,50 €</b>
431	Despesas de instalação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
433	Propriedade industrial e outros direitos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
443	Imobilizações em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
449	Adiantamentos por conta de Imobilizações Incorpóreas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
		<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>
421	Terrenos e Recursos Naturais	14.386.454,91 €	245.909,50 €	0,00 €	233.829,22 €	0,00 €	14.398.535,19 €
422	Edifícios e outras construções	31.701.415,38 €	38.802,50 €	48.550,82 €	2.678,62 €	11.502,27 €	31.797.592,35 €
423	Equipamento básico	2.652.755,06 €	0,00 €	30.866,37 €	0,00 €	-3.904,60 €	2.679.716,83 €
424	Equipamento de transporte	3.327.382,52 €	0,00 €	23.889,02 €	0,00 €	0,00 €	3.351.271,54 €
425	Ferramentas e utensílios	367.571,23 €	0,00 €	14.007,60 €	0,00 €	-211,99 €	381.366,84 €
426	Equipamento administrativo	646.779,48 €	0,00 €	3.040,85 €	0,00 €	0,00 €	649.820,33 €
427	Taras e vasilhame	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
429	Outras imobilizações corpóreas	883.869,48 €	0,00 €	64.448,85 €	0,00 €	0,00 €	948.318,33 €
442	Imobilizações em curso	202.474,18 €	-146.672,47 €	207.294,51 €	0,00 €	-41.113,79 €	221.982,43 €
448	Adiantamentos por conta de imob.corpóreas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
		<b>54.168.702,24 €</b>	<b>138.039,53 €</b>	<b>392.098,02 €</b>	<b>236.507,84 €</b>	<b>-33.728,11 €</b>	<b>54.428.603,84 €</b>
411	Partes de capital	174.579,26 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	174.579,26 €
412	Obrigações e títulos de participação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4141	Invest.em imóveis - Terrenos e Rec.naturais	954.022,26 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	954.022,26 €
4142	Investimentos em imóveis - Ed. e outras construções	138.808,24 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	138.808,24 €
4151	Outras apl.financeiras - dep. Inst.financeiras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4152	Outras apl.financeiras - T. da dívida publica	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4153	Outras apl.financeiras - Outros títulos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
441	Imobilizações em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
447	Adiantamentos por conta invest.financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
		<b>1.267.409,76 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>1.267.409,76 €</b>

O Imobilizado Líquido do Município registou um aumento no ano de 2013 face a 2012.

Este aumento em 2013 resultou da introdução de alguns bens no ativo imobilizado que não faziam parte do Inventário Inicial, bem como, de correções ao valor do património por via de reparações e beneficiações a bens já existentes, tendo também sido transferidos bens de imobilizado em curso para o imobilizado corpóreo .

Os bens valorizados e registados correspondem a vários lotes de terrenos que o Município possui no concelho de Alcácer do Sal, nomeadamente na Comporta e em Rio de Moinhos, que embora propriedade do Município desde o arranque do POCAL, não tinham ainda sido considerados no cadastro, nem contabilizados por não estarem valorizados.

Quanto aos bens que foram transferidos de imobilizado em curso para imobilizado corpóreo, temos a “ Requalificação do Largo dos Açougues e a “ Entrada Norte de Casebres” , como os mais significativos.

Relativamente aos bens que permanecem nas Imobilizações em Curso do domínio público e que o valor ascende em 2013 a cerca de 2,5 milhões de euros, dos quais 2,3 se ficam a dever ao Projeto RUAS – Regeneração Urbana de Alcácer do Sal.

As amortizações do exercício registam a depreciação das imobilizações corpóreas, (com exceção das incluídas em investimentos financeiros), incorpóreas e dos bens de domínio público, atribuída ao exercício.

As amortizações do exercício são calculadas pelo método das quotas constantes, em função do tempo e da forma de utilização do respetivo imobilizado.

Em 2013 o valor das amortizações foi de 2.043.882,06€ , refletindo assim, um aumento do índice de envelhecimento do imobilizado sujeito a amortização.

## Evolução das dívidas de Terceiros de Curto Prazo

As dívidas de terceiros de curto prazo têm a seguinte composição:

Dívidas de terceiros - curto prazo	2013	2012	Variação %
Cientes, contribuintes, utentes	311.201,70 €	1.462.839,18 €	-78,73%
Estado e outros entes públicos	150.159,22 €	69.260,21 €	116,80%
Devedores e Credores Diversos - Rendas	0,00 €	0,00 €	-
Credores Transferências Autarquias Locais	0,00 €	0,00 €	-
Outros devedores	541,42 €	0,00 €	NA
Adiantamentos a fornecedores	0,00 €	0,00 €	-
<b>Total</b>	<b>461.902,34 €</b>	<b>1.532.099,39 €</b>	<b>-69,85%</b>

Neste capítulo avultam as variações ocorridas em Clientes, contribuintes e utentes que face a 2012 registam uma diminuição de 78,73%, que se ficou a dever ao pagamento das taxas do loteamento urbano n.º4/2008 – Parcela 14, Torre – Comporta, por parte da herdade da Comporta.

Já o aumento registado na rubrica Estado e outros entes públicos, de 69.260,21€ , para 150.159,22€ , é referente ao IVA a Recuperar, apurado no final do 4º trimestre de 2013, e a reportar para o período seguinte.

## Evolução dos Acréscimos e Diferimentos – Ativo

A rubrica Acréscimos e Diferimentos tem a seguinte composição:

Acréscimos e diferimentos - Ativo	2013	2012	Variação %
Acréscimos de proveitos	1.168.125,46 €	811.912,83 €	43,87%
Custos diferidos	29.459,92 €	44.950,68 €	-34,46%
<b>Total</b>	<b>1.197.585,38€</b>	<b>856.863,51 €</b>	<b>39,76%</b>

Estas contas destinam-se ao registo dos proveitos e custos nos exercícios a que respeitam, tendo em conta o princípio da especialização do exercício, previsto na alínea d) do ponto 3.2 do POCAL.

Em 2013, o reconhecimento de custos e proveitos que figuram no ativo fixou-se em 1.197.585,38€ , cabendo a Acréscimos de Proveitos o valor de 1.168.125,46€ e a Custos Diferidos o de 29.459,92€ .

A conta acréscimos de proveitos serve de contrapartida aos proveitos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, e cuja receita só venha a obter-se em exercício ou exercícios posteriores.

Os acréscimos de proveitos no valor de 1.168.125,46€ correspondem aos proveitos gerados no exercício de 2013 e que só vão ser recebidos em 2014 ou seguintes, particularmente a faturação da água dos consumos de dezembro de 2013 emitida em janeiro de 2014; os Impostos Diretos referentes ao apuramento de dezembro de 2013, a renda da EDP referente ao 4º trimestre de 2013; as Transferências da Direção Regional de Educação do Alentejo (DREA) relativas a protocolos de colaboração, bem como, a renda de utilização de instalações pela AGDA, referentes aos meses de setembro a dezembro de 2013, recebidas efetivamente em 2014.

A conta custos diferidos, de acordo com o POCAL, compreende os custos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes, ainda que as respetivas despesas tenham ocorrido em 2013.

Estão aqui englobados casos como os seguros e parte da despesa referente à reparação da Estrada de Santa Catarina, que não pertencendo ao património do Município entendeu-se que os custos com esta reparação deviam ser diferidos no tempo (5 anos), sendo que, 2013 corresponde ao último ano de diferimento destes custos.

## Fundos Próprios

Os Fundos Próprios do Município ascendem em 31 de dezembro de 2013 a 45.962.202,49€ , tendo aumentado 771.305,12€ relativamente ao ano transato.

## Passivo

Evolução do Passivo				
Passivo	2013	2012	Variação %	
Empréstimos Bancários M/L Prazos	361.698,20 €	617.304,64 €	-41,41%	
<b>Total das dívidas a terceiros médio/longo prazo</b>	<b>361.698,20 €</b>	<b>617.304,64 €</b>	<b>-41,41%</b>	
Empréstimos Curto Prazo	110.105,38 €	0,00 €		
Adiantamento por conta venda	0,00 €	0,00 €	-	
Fornecedores conta corrente	17.073,68 €	310.188,02 €	-94,50%	
Fornecedores - Facturas em recep conferencia	386.801,93 €	86.305,30 €	348,18%	
Clientes e Utentes c/cauções	21.393,83 €	21.393,83 €	-	
Adiantamento de clientes, contribuintes, utentes	0,00 €	0,00 €	-	
Fornecedores Imobilizado	30.181,13 €	523.611,74 €	-94,24%	
Estado e Outros Entes Públicos	141.155,63 €	108.255,11 €	30,39%	
Outros Credores	402.983,30 €	429.684,28 €	-6,21%	
Fornecedores Vendas a Dinheiro	0,00 €	1.343,51 €	NA	
Fornecedores Imob. - Fact conferência	22.785,53 €	8.721,90 €	161,25%	
<b>Total das dívidas a terceiros a curto prazo</b>	<b>1.132.480,41 €</b>	<b>1.489.503,69 €</b>	<b>-23,97%</b>	
<b>Total</b>	<b>1.494.178,61 €</b>	<b>2.106.808,33 €</b>	<b>-29,08%</b>	

O passivo de curto prazo do Município, a 31 de dezembro de 2013 (com exclusão de Acréscimo de Custos e de Proveitos Diferidos) ascende a 1.132.480,41€ .

Em 2012 o mesmo totalizava 1.489.503,69€ , verificando-se assim, uma forte diminuição do passivo de curto prazo no montante de 357.023,28€ (-24%).

De salientar, neste quadro, a rubrica Fornecedores de Imobilizado que face a 2012 sofreu uma redução de 94,24%, (-493.430,61€ ), bem como, a rubrica Fornecedores Conta Corrente com uma diminuição de 94,50%, (-293.114,34€ ). Por outro lado, temos a rubrica Fornecedores – Faturas em recepção e conferência, que registou um aumento de cerca de 300.000€ , face a 2012.

O passivo total, (CP e MLP), que em 2013 ascendeu a 1.494.178,61€ , sofreu uma diminuição de 29,08% (- 612.629,72€ ) face ao ano anterior.



De acordo com os princípios contabilísticos, anualmente, com o encerramento do exercício, as dívidas de empréstimos bancários a pagar no exercício seguinte, que se encontram registadas em médio e longo prazo, devem ser transferidas para curto prazo. Desta forma, foram considerados 110.105,38€ em curto prazo.

### **Evolução dos Acréscimos e Diferimentos - Passivo**

Pelo cumprimento do princípio da especialização do exercício resulta a inclusão nas demonstrações financeiras, no passivo do balanço, das rubricas de acréscimo de custos e de proveitos diferidos, cuja distribuição se demonstra:

<b>Acréscimos e diferimentos - Passivo</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>Varição %</b>
<b>Acréscimo de Custos</b>	1.059.029,25€	1.383.677,90 €	-23,46%
<b>Proveitos Diferidos</b>	9.313.859,12 €	9.092.666,44 €	2,43%
<b>Total</b>	<b>10.372.888,37 €</b>	<b>10.476.344,34 €</b>	<b>-0,99%</b>

Na conta acréscimo de custos estão contabilizados os custos a reconhecer no próprio exercício, cuja despesa só venha a ocorrer em exercícios posteriores, nomeadamente as remunerações de subsídio de férias e férias relativas ao exercício 2013, acrescidas dos respetivos encargos sociais, cujo processamento e pagamento terão lugar apenas em 2014, bem como outras despesas, tais como: EDP, AGDA, combustíveis, referentes a consumos de 2013 em que o pagamento ocorrerá em 2014.

A conta proveitos diferidos compreende os valores cobrados no exercício de 2013 ou em exercícios anteriores, cujos proveitos devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes, nomeadamente os subsídios para investimento.

Em 2013, o aumento de 221.192,68€ verificado, ficou a dever-se ao recebimento de verbas correspondentes a participações do projeto “ Requalificação da Margem Norte do Rio Sado” .

## Endividamento

### Médio e Longo Prazo

No que respeita à dívida de médio e longo prazo, (empréstimos bancários), ou seja, aquela que é exigível num período superior a um ano, em 2013 verificou-se um decréscimo relativamente ao ano anterior.

No final do exercício de 2013 o endividamento de MLP ascende a 361.698,20€ .

Esta redução aconteceu porque o Município não contratou novos empréstimos de médio/longo prazo, e porque amortizou dentro dos prazos acordados, todos os compromissos referentes aos empréstimos contratados.

### Limites de Endividamento Municipal

Nos termos do disposto no artigo 98.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2013) os limites de endividamento líquido e de médio e longo prazo para cada município em 2013, foram apurados do seguinte modo:

*“ 1 — Nos termos do n.º 3 do artigo 5.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22 -A/2007, de 29 de junho, 67 -A/2007, de 31 de dezembro, 3 -B/2010, de 28 de abril, 55 -A/2010, de 31 de dezembro, 64 -B/2011, de 30 de dezembro, e 22/2012, de 30 de maio, o limite de endividamento líquido de cada município para 2013, tendo em vista assegurar uma variação global nula do endividamento líquido municipal no seu conjunto, corresponde ao menor dos seguintes valores:*

*a) Limite de endividamento líquido de 2012;*

*b) Limite resultante do disposto no n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22 -A/2007, de 29 de junho, 67 -A/2007, de 31 de dezembro, 3 -B/2010, de 28 de abril, 55 -A/2010, de 31 de dezembro, 64 -B/2011, de 30 de dezembro, e 22/2012, de 30 de maio.”*

*2 — Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, o limite de endividamento de médio e de longo prazos para cada município em 2013 é o calculado nos termos do artigo 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22 -A/2007, de 29 de junho, 67 -A/2007, de 31 de dezembro, 3 -B/2010, de 28 de abril, 55 -A/2010, de 31 de dezembro, 64 -B/2011, de 30 de dezembro, e 22/2012, de 30 de maio.*

Os limites de endividamento líquido e de médio e de longo prazo para o ano de 2013, conforme informação cedida pela DGAL ao abrigo do previsto no artigo 98º do OE para 2013 foram os seguintes:

- o limite de endividamento de MLP foi fixado em 11.528.883,00€ ;
- o limite de endividamento líquido municipal foi fixado em -1.623.932,00€ ;
- o rateio do endividamento de médio e longo prazo ao abrigo do previsto no n.º 3 e do n.º8 do artigo 98º do OE para 2013 foi fixado em 2.192.763,00€ .

O limite de endividamento com empréstimos de médio/longos prazos para 2013, que corresponde a 11.528.883,00€ foi respeitado.

A dívida dos empréstimos de médio/longo prazo no Município de Alcácer do Sal, à data de 31 de dezembro de 2013 cifrava-se em 361.698,25€ .

Quanto ao limite de endividamento líquido para 2013, que é calculado pela diferença entre Passivos e Ativos Financeiros, retirados os Empréstimos em dívida excecionados, foi fixado em -1.623.932,00€ . Este limite atribuído ao Município de Alcácer do Sal foi respeitado, uma vez que o endividamento líquido no Município de Alcácer do Sal, à data de 31 de dezembro de 2013 situou-se nos -2 milhões de euros, incluindo já a contribuição das entidades, nas quais o Município possui uma participação financeira e que integram o Sector Empresarial Local nos termos previstos da Lei.

Podemos assim inferir que o Município de Alcácer do Sal, possui uma posição bastante cómoda quanto às matérias relacionadas com os limites de endividamento, tendo sido respeitados os limites de endividamento fixados para o ano de 2013.

## Demonstração dos Resultados

A Demonstração de Resultados é o mapa contabilístico que relata o desempenho económico de uma entidade, normalmente reportado ao final do exercício económico, e apresenta, devidamente agrupados e classificados, os custos e perdas e os proveitos e ganhos, classificados por naturezas, o que nos permite obter separadamente, os diferentes tipos de resultados, nomeadamente: operacionais, financeiros, correntes, (operacionais + financeiros), extraordinários e os líquidos, evidenciando o RLE – Resultado Líquido do Exercício.

Os resultados económicos do município representam a diferença entre os proveitos e os custos e são apresentados de forma resumida na demonstração de resultados por natureza.

Em 2013, o Município de Alcácer do Sal encerrou as suas contas com um resultado líquido positivo de 823.294,21€ , encontrando-se a Demonstração dos Resultados por natureza, sintetizada no seguinte quadro:

### Demonstração dos Resultados (por natureza):

Resumo da Demonstração de Resultados	2013	2012
Resultados Operacionais	-27.244,32 €	-2.830.873,03 €
Resultados Financeiros	829.824,46 €	892.061,13 €
Resultados Correntes	802.580,14 €	-1.938.811,90 €
Resultados Extraordinários	20.714,07 €	178.767,65 €
Resultado Líquido do Exercício	823.294,21 €	-1.759.447,56 €

### Resultados Operacionais

Os proveitos e ganhos operacionais ascendem a 15.727.986,56€ e os custos operacionais a 15.755.230,88€ , dando origem a um resultado operacional negativo de 27.244,32€ , melhorando substancialmente os valores registados em 2012, influenciados pelo melhor desempenho dos proveitos operacionais, nomeadamente na rubrica Impostos e Taxas.

Os Resultados Operacionais apresentam a seguinte composição:

Proveitos Operacionais	2013		2012	
	Valor	%	Valor	%
Venda de Bens e Prestação de Serviços	874.042,58 €	5,56%	919.215,16 €	7,12%
Impostos e Taxas	4.792.652,40 €	30,47%	2.467.228,25 €	19,11%
Trabalhos para a Própria Entidade	569.529,82 €	3,62%	0,00 €	0,00%
Proveitos Suplementares	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Transferências e Subsídios Obtidos	9.491.761,76 €	60,35%	9.525.400,08 €	73,77%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
<b>Total</b>	<b>15.727.986,56 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>12.911.843,49 €</b>	<b>100,00%</b>
Custos Operacionais	2013		2012	
	Valor	%	Valor	%
CMVMC	891.317,84 €	5,66%	746.241,75 €	4,74%
Fornecimento e Serviços Externos	4.271.200,32 €	27,11%	4.582.031,68 €	29,11%
Custos com Pessoal	6.250.355,72 €	39,67%	5.650.698,54 €	35,89%
Transferências / Subsídios Correntes Concedidos	2.229.835,10 €	14,15%	2.595.272,80 €	16,49%
Amortizações do Exercício	2.043.882,06 €	12,97%	2.048.236,14 €	13,01%
Provisões do Exercício	45.594,05 €	0,29%	109.212,51 €	0,69%
Outros Custos e Perdas Operacionais	23.045,79 €	0,15%	11.023,10 €	0,07%
<b>Total</b>	<b>15.755.230,88 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>15.742.716,52 €</b>	<b>100,00%</b>

Da análise do quadro anterior verifica-se que, no período em análise (2013), e face a 2012, os custos operacionais sofreram um ligeiro aumento em cerca de 1% e os proveitos operacionais sofreram um substancial incremento de 2.816.143,07€ na ordem dos 22%.

Os Impostos e Taxas face ao ano anterior apresentam um acréscimo elevado, provocando que esta rubrica, dentro dos proveitos operacionais, passe de 19,11% em 2012 para 30,47% em 2013, traduzindo uma subida de 2.325.424,15€ .

A rubrica Trabalhos para a Própria Entidade surge em 2013 com o valor de 569.529,82€ , resultado do apuramento dos valores despendidos nas obras por Administração Direta, só agora possíveis de escrutinar através da já implementada contabilidade de custos no nosso Município.

Este valor traduz na sua maioria, beneficiações nos arruamentos das freguesias do Concelho de Alcácer.

A rubrica Transferências e Subsídios Obtidos, que em 2013 representam 60,35% da totalidade dos proveitos operacionais, sofreram um decréscimo de 13,42%, relativamente a 2012.

Esta percentagem, que continua elevada, demonstra de forma inequívoca a dependência do município face às transferências provenientes do Orçamento de Estado e de Fundos Comunitários de projetos financiados.

Em 2013 o CMVMC cifrou-se em 891.317,84€ , aumentando 145.076,09€ face a 2012.

A rubrica FSE face a 2012 registou uma diminuição de cerca de 300 mil euros.

No que se refere à rubrica de Pessoal, esta registou face a 2012 um aumento de 599.657,18€ , facto que se ficou a dever essencialmente, à reposição dos subsídios de férias e natal.

Quanto à rubrica Transferência e Subsídios Correntes concedidos, o valor de 2.229.835,10€ diminuiu face aos 2.595.272,80€ registados em 2012 e agrega os diversos apoios financeiros no âmbito da educação, ação social, desporto, cultura, associativismo etc., que o Município decidiu atribuir a várias entidades do Concelho com o objetivo de financiar a dinamização das suas atividades.

Também aqui está englobado, o contrato de gestão com a empresa EMSUAS, que em 2013 teve o valor de 1.294.380,00€ .

O reforço das provisões no exercício de 2013 ascendeu a 45.594,05€ , e este valor expressa dívidas de cobrança duvidosa de consumo de água e taxas de saneamento.

Os custos operacionais em 2013 apresentam o valor de 15.755.230,88€ , sendo as rubricas com maior peso os Custos com Pessoal, com 39,67% e os FSE que relevam com 27,11% para o total dos custos operacionais.

## Resultados Financeiros

	2013	2012	Varição %
<b>Custos e Perdas Financeiros</b>	22.231,32 €	58.312,73 €	-61,88%
<b>Proveitos e Ganhos Financeiros</b>	852.055,78 €	950.970,55 €	-10,40%
<b>Total</b>	<b>829.824,46 €</b>	<b>892.657,82 €</b>	<b>-7,04%</b>

Os Resultados Financeiros apresentam valores positivos. De salientar o decréscimo dos custos e perdas financeiros na ordem dos 62%, face a 2012, apesar dos proveitos e ganhos financeiros terem também apresentado um resultado inferior ao do ano anterior.

Os Resultados Financeiros em 2013 apontam para um valor de 829.824,46€ , verificando-se uma diminuição de 7% face a 2012.

## Resultados Extraordinários

	2013	2012	Variação %
<b>Custos e Perdas Extraordinários</b>	627.335,06 €	681.656,63 €	-7,97%
<b>Proveitos e Ganhos Extraordinários</b>	648.049,13 €	860.424,28 €	-24,68%
<b>Total</b>	<b>20.714,07 €</b>	<b>178.767,65 €</b>	<b>-88,41%</b>

Os resultados extraordinários em 2013 apresentam o valor de 20.714,07€ , evidenciando uma quebra de 88,41% relativamente a 2012.

Os custos e perdas extraordinários contemplam sobretudo, todos os protocolos celebrados pelo Município com diversas Instituições do Concelho, de forma a contribuir financeiramente para obras de construção, melhoria e ampliação/construção das instalações dessas mesmas Instituições; contemplam ainda a venda de lotes de terreno do Município que deram origem a menos valias, dado que alguns lotes se encontravam inventariados no património municipal por valor superior às vendas efectuadas.

Quanto aos proveitos e ganhos extraordinários, estes contemplam, entre outros, os juros de mora e compensatórios; as coimas e penalidades por contraordenações; as multas; e as vendas de lotes de terrenos que deram origem a mais-valias.

## Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do ponto 2.7.3.3 do POCAL, Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, quando houver saldo positivo na conta 59 “ Resultados Transitados” , (ou Resultado Líquido do Exercício), o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

- a) Reforço do Património;
- b) Constituição ou Reforço de Reservas.

No ponto 2.7.3.4, refere-se a obrigatoriedade de reforço do património até que o valor contabilístico da conta 51 “ Património” , corresponda a 20% do ativo líquido. Para o Município de Alcácer do Sal esta obrigatoriedade não se impõe, dado que, o saldo da conta 51 é superior a 20% do ativo líquido.

Refere ainda no ponto 2.7.3.5, que deve constituir-se o reforço anual da conta 571 “ Reservas Legais” , no valor mínimo de 5% do RLE.

Nestes termos, e visto o RLE apurado no exercício de 2013 ter o valor de 823.294,21€ , propõe-se a sua aplicação da seguinte forma:

- Reservas Legais: 41.164,71€
- Resultados Transitados: 782.129,50.